

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.332.499 - MS (2018/0181527-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : GISELE CABRAL DE SOUZA
AGRAVANTE : JOSE ANDRADE DE LIMA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por JOSE ANDRADE DE LIMA em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que foi rejeitada parcialmente a denúncia de Jose Andrade de Lima e julgada extinta a punibilidade de Gisele Cabral de Souza, diante do reconhecimento da prescrição virtual, por supostas infrações ao delito do art. 313-A (inserção de dados falsos em sistema de informações), do Código Penal.

O recurso da acusação foi provido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul para declarar nula a sentença e determinar o prosseguimento do feito, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 369):

***APELAÇÃO CRIMINAL RECURSO MINISTERIAL -
INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES
(ART. 313-A DO CP) - REJEIÇÃO DA DENÚNCIA
POSTERIORMENTE AO ATO DE RECEBIMENTO -
IMPOSSIBILIDADE PRECLUSÃO DO ATO JUDICIAL -
PRESCRIÇÃO VIRTUAL - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL -
RECURSO PROVIDO.***

I. Inviável a rejeição de denúncia anteriormente recebida, porquanto configurada a preclusão pro judicata.

II. Tendo a inicial acusatória preenchido os requisitos do art. 41 do CPP, impositivo o provimento do recurso a fim de revogar a decisão que rejeitou a denúncia, restabelecendo aquela anterior que a havia recebido, para que seja dado prosseguimento à ação penal.

III. Consoante Súmula nº 438 do Superior Tribunal de Justiça: "É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal".

IV. Recurso a que, com o parecer, dá-se provimento.

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega violação ao artigo 395, I, do Código de Processo Penal, ao argumento de que não há como cogitar a incidência da preclusão pro judicata, já que há possibilidade do magistrado rever sua decisão quanto ao recebimento da denúncia, ainda que não haja manifestação expressa das partes.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 437/439 afirmando que se encontra presente o óbice da Súmula n. 7/STJ.

Agravo em recurso especial às fls. 461/464.

Contraminuta ao agravo em recurso especial às fls. 468/472.

Parecer ministerial pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo eis que tempestivo e impugnou o fundamento da decisão recorrida.

Passo à análise do recurso especial.

O presente recurso não ultrapassa o conhecimento.

O Tribunal de origem houve por bem em declarar nula a sentença por três fundamentos: configuração da preclusão *pro judicato*, inexistência de mácula da inicial acusatória e não arguição da tese preliminar pela defesa. (fls. 371/372)

O recorrente se limita a impugnar o primeiro fundamento, deixando de rebater os demais, o que atrai o óbice da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal, in verbis: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator